



RELATÓRIO E CONTAS 2023

APCDI

Índice

I. Relatório de Gestão	2
I.1 Identificação e apresentação. Visão, Missão e Princípios da APCDI	3
I.2 Atividades desenvolvidas nas Respostas Sociais	5
I.2.1 Centro de Atividades de Tempos Livres	5
I.2.2 Centro de Dia – Eng. Carlos Martins	5
I.2.3 Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão – Ilídio Bastos	6
I.2.4 Creche – Arquiteto António Figueiredo	7
I.2.5 Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	8
I.2.6 Lar Residencial – Dr. Jorge Martins	8
I.2.7 Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares	8
I.2.8 Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	9
I.3 Atividades / Comemorações determinadas ao longo do ano em Plano Anual de Atividades e festejadas nas várias Respostas Sociais	10
I.4 Gestão por Objetivos	11
I.4.1 Notoriedade	11
I.4.2 Iniciativa de interação com a Comunidade	11
I.4.3 Receita (obtenção de)	12
I.4.4 Participação	12
I.4.5 Qualidade do Serviço	12
I.4.6 Balanço e apreciação dos grandes Projetos	13
I.4.7 Mapa de resultados por dimensão	14
I.5 Conclusão 2023	15
I.6 Análise da situação económica e financeira	16
I.7 Gestão de Risco	20
II. Demonstrações Financeiras	21
III. Anexo às Demonstrações Financeiras	26
Nota 1 Identificação da Entidade	26
Nota 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	26
Nota 3 Principais Políticas Contabilísticas	28
Nota 4 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros	31
Nota 5 Ativos Fixos Tangíveis	31
Nota 6 Ativos Intangíveis	32
Nota 7 Locações	32
Nota 8 Inventários	33
Nota 9 Rédito	33
Nota 10 Subsídios do Governo e Outros Apoios	33
Nota 11 Acontecimentos após data de Balanço	34
Nota 12 Imposto sobre o Rendimento	34
Nota 13 Instrumentos Financeiros	35
Nota 14 Benefícios dos Empregados	39
Nota 15 Divulgações Exigidas por outros Diplomas Legais	39
Nota 16 Outras Informações	40
IV. Parecer do Conselho Fiscal	41
V. Certificação Legal de Contas	42



I.1 Identificação e Apresentação

A APCDI - Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado é uma associação de âmbito local, com sede em Pessegueiro do Vouga. Foi constituída em 25 de setembro de 1984, inicialmente com a designação de "Associação de Pais de Crianças Deficientes Integradas do concelho de Sever do Vouga".

Hoje, a sua atividade de apoio à ação social, beneficia utentes de todo o concelho de Sever do Vouga, entre outros concelhos, desenvolvendo-se a partir de três núcleos de instalações:

O Edifício Sede – Dr. Joaquim Henriques, situado no lugar do *Sabral*, freguesia de Pessegueiro do Vouga, onde para além da sede social, também funcionam as respostas sociais do Centro de Atividades Ocupacionais – Ilídio Bastos, Centro de Atividades de Tempos Livres e Creche – Arquiteto António Figueiredo.



Outro núcleo situado na Quinta do Cardeal, no lugar de *Nogueira*, onde funcionam as respostas sociais de Lares Residenciais – Dr. Jorge Martins, Lar de Idosos e Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares.

O terceiro núcleo funciona na Avenida de S. Martinho, no lugar de *Cruzeiro*, onde funcionam as respostas sociais de Centro de Dia – Eng. Carlos Martins e SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.



**A APCDI tem como objetivos principais:**

- Promover as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais e à integração familiar e social da pessoa com deficiência;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento à pessoa com deficiência;
- Promover uma melhoria das condições de vida em regime de acolhimento, à pessoa idosa;
- Promover o desenvolvimento da criança de modo a prevenir situações de risco, marginalização, discriminação ou exclusão social garantindo a igualdade de oportunidades;
- Promover as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais à integração familiar e social da pessoa idosa;
- Promover uma melhoria das condições de vida a crianças e jovens em perigo, em regime de acolhimento urgente e temporário;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas em situação de carência;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento temporário, a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não por filhos menores;
- Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e evolução crónica, mas com capacidade de autonomia, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou emprego normal ou protegido.

A Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado tem objetivos secundários, designadamente:

- No âmbito da saúde: proporcionar cuidados de saúde e reabilitação à pessoa que se encontra em situação de perda de autonomia potencialmente recuperável;
- No âmbito da educação e formação: promover uma melhoria das condições de vida a pessoas com desvantagens transitórias ou permanentes, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional e a sua eventual integração em programas de formação;

Visão, Missão e Princípios da APCDI**Visão da APCDI**

Uma Instituição que não para de crescer. (reconhecimento interno e externo)

Missão

Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Princípios

- Desenvolvimento Social
- Globalidade
- Dignidade
- Combate ao Risco
- Igualdade de Oportunidades
- Justiça Social
- Combate à Discriminação
- Dedicção e Empenho
- Competência
- Individualidade
- Direitos dos Indivíduos
- Integração em Sociedade
- Credibilidade



1.2

Atividades desenvolvidas nas Respostas Sociais

Uma casa com diferentes sonhos...

Sendo já tradição a definição anual de um tema geral para a Instituição e subtemas a trabalhar em cada resposta social, este ano letivo, o tema geral, definido para a APCDI é *“Uma casa com diferentes sonhos”*.

Cada resposta social desenvolveu iniciativas e atividades relativas ao tema.

1.2.1

Centro de Atividades de Tempos Livres

A resposta social de CATL está vocacionada para todas as crianças em idade escolar (dos 6 aos 10 anos) da freguesia de Pessegueiro do Vouga, e visa facultar às crianças um complemento educacional, proporcionar momentos de lazer e criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança ou jovem, de modo que esta seja capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um.

Para esta resposta social foram programadas diversas atividades, de modo a proporcionar a cada criança a possibilidade de escolher o que melhor se adapta aos seus interesses. Algumas das atividades propostas foram: expressão plástica, corporal, musical, cognitiva, pessoal, social e afetiva, atividades lúdicas, recreativas e natação.

O CATL desenvolveu em 2023 o subtema, *“SORRISOS PINTADOS”*, com o objetivo de promover e estimular a criança na descoberta do Eu, do outro e do mundo, através da brincadeira e da imaginação.

1.2.2

Centro de Dia – Eng. Carlos Martins

O Centro de Dia é uma estrutura de apoio social, que apoia utentes das freguesias de Pessegueiro do Vouga, Sever do Vouga, Paradelas do Vouga, e Cedrim, é um espaço de acolhimento onde se desenvolve um conjunto de programas ocupacionais e de lazer adequados aos utentes nas mais variadas condições e etapas das suas vidas. Esta resposta social presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

As atividades realizadas foram diversas, e têm em conta os interesses de cada um, e também os interesses do grupo.

Em 2023 o subtema do Centro de Dia foi *“Diário de uma vida”*.

As atividades em centro dia são organizadas de acordo com projetos anuais e áreas a trabalhar como: área sociocultural, área cognitiva, área física e área espiritual.

Na dimensão de cada área são dinamizados diversos ateliers como: sentido da vida, oração e moralidade, autoconhecimento e relaxamento, atividade física, AVD's, prevenção, estimulação sensorial, memória, alfabetização, lazer, trabalhos manuais, social, dinâmicas de grupo, culinária, a hora do conto, jardinagem, costura e cuidados pessoais.

Os projetos para 2023 foram os seguintes, “Informação e formação”, “Atividade artística”, “Hidroterapia”, “o Programa da Lilica”, “Snoezelen”, “Psicoanimação”, “Aniversários”, “Ginástica”, “Compras” e “Diário de uma vida”.

O Centro de Dia tem como objetivos definidos: Melhorar a qualidade de vida do Idoso e da sua família; estimular a participação comunitária do Idoso, promover a autonomia do Idoso; conservar as competências sociais, psíquicas, físicas e espirituais do Idoso; transmitir aos Idosos um ambiente de segurança; manter a autoestima; promover o envelhecimento ativo; respeitar a identidade de cada idoso, valorizar a experiência e conhecimento de vida de cada idoso e proporcionar melhor qualidade de vida. A resposta social de Centro de Dia visa uma vida tranquila, de confiança, ativa e mais feliz.

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão – Ilídio Bastos

A resposta social do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), sucede e substitui o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

O CACI constitui uma resposta social de base comunitária, com uma regulamentação centrada na promoção da autonomia, da vida independente, da qualidade de vida, da valorização pessoal, profissional e da inclusão social, em concretização dos princípios e valores preconizados em instrumentos legislativos nacionais e internacionais, nomeadamente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Esta resposta destina-se ao desenvolvimento de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

O CACI tem como destinatários as pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional, designadamente entre experiências laborais.

São princípios orientadores da atividade dos CACI:

- a) O princípio da singularidade, que preconiza o reconhecimento da individualidade da pessoa com deficiência, devendo a sua abordagem ser feita de forma diferenciada, tendo em consideração as suas circunstâncias pessoais e o seu contexto de vida;
- b) O princípio da não discriminação, que estatui que nenhuma pessoa pode ser discriminada, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, com base na deficiência, ou deixar de beneficiar de medidas de ação positiva que garantam o exercício dos seus direitos e deveres de participação social;
- c) O princípio da autodeterminação, que preconiza o direito da pessoa com deficiência a decidir sobre a definição e a condução da sua própria vida;
- d) O princípio da autonomia, que determina que a pessoa com deficiência tem o direito de decisão pessoal na definição e condução autónoma da sua vida;
- e) O princípio da participação, que implica o direito das pessoas com deficiência a participarem de forma plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com os demais cidadãos e cidadãs;
- f) O princípio da informação, que determina que a pessoa com deficiência tem direito a ter acesso a toda a informação que lhe diga direta ou indiretamente respeito e a ser informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres;
- g) O princípio da qualidade, segundo o qual a pessoa com deficiência tem o direito a aceder a respostas sociais, bens e serviços de qualidade, que respondam às suas necessidades pessoais e sociais.
- h) O princípio da cidadania, que implica que as pessoas com deficiência têm direito a usufruir das condições necessárias e suficientes para aceder a todos os bens, serviços e contextos de vida, em condições de equidade, bem como o direito e o dever de desempenhar um papel ativo no desenvolvimento da sociedade;
- i) O princípio da inclusão, que implica que a sociedade se organize para acolher todas e todos os cidadãos e cidadãs independentemente das suas capacidades e da sua funcionalidade, de modo que as pessoas com deficiência possam viver integradas na comunidade, usufruindo de todos os recursos disponíveis em equidade com os demais cidadãos e cidadãs.

O CACI tem como objetivos:

- a) Criar condições que visem a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência;
- b) Desenvolver estratégias de promoção da autoestima e da autonomia pessoal e social, através do envolvimento e participação ativa dos/as próprios/as na definição das atividades a desenvolver;
- c) Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais, tendo em conta o perfil, as aptidões, os interesses e necessidades das pessoas com deficiência, com vista a capacitar e maximizar as suas oportunidades de participação social e económica;

- d) Contribuir para o bem-estar emocional e social, através da qualificação das atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao número, variedade e natureza, privilegiando as atividades focadas na singularidade de cada pessoa com deficiência, promovendo o seu bem-estar e qualidade de vida;
- e) Articular os processos de transição para programas de inclusão socioprofissional ou de reabilitação profissional;
- f) Desenvolver atividades e serviços centrados em facilitar/mediar percursos de aprendizagem e de inclusão, que possibilitem um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades;
- g) Fomentar a participação ativa das pessoas com deficiência, da respetiva família e/ou representante legal na definição do projeto de vida da pessoa com deficiência, que se consubstancia na celebração do plano individual de inclusão (PII);
- h) Promover medidas e ações de capacitação e de aprendizagem ao longo da vida, observando a evolução das características individuais de cada destinatário, potenciando sempre a sua autonomia e inclusão;
- i) Dinamizar ações de inclusão na comunidade, que promovam a alteração das representações, dos valores e das atitudes da sociedade face às pessoas com deficiência, e a melhoria da sua qualidade de vida.

Para o ano de 2023 foi promovido o desenvolvimento de atividades socialmente úteis, que visam o treino de competências sociais e profissionais em contexto real de trabalho, e atividades de profissionalização para a inclusão social e profissional, o desenvolvimento das competências pessoais, profissionais e de participação social da pessoa com deficiência, com vista à sua autonomia e vida independente.

Com vista a possibilidade de integração de alguns utentes, foi realizada uma avaliação da equipa multidisciplinar atendendo às capacidades, funcionalidades, potencialidades, interesses e informação constante no Plano Individual de Transição (PIT), sempre que aplicável. Perante os resultados obtidos procedeu-se à análise de potenciais empregadores locais, que acolheram utentes do CACI. Alguns exemplos de empresas são: AutoVisto, Helena Cabeleireira, Alexandre Rocha. Houve também integração de utentes de CACI em serviços internos da APCDI (ex. lavandaria).

Para além do cumprimento dos objetivos anteriormente referidos, foram ainda realizadas outras atividades como: trabalhos manuais e artesanais (pintura, colagens, bordados), passeios pelo meio, jardinagem, jogos de encaixe, trabalhos com tecidos, terapia de relaxamento em sala de *Snoezelen*, natação, Hipoterapia, lavandaria, carpintaria, auxílio no transporte de utentes e apoio no serviço de cozinha.

A integração nas diversas atividades permitiu manter os utentes ativos e interessados, valorizando-os socialmente e favorecendo o seu equilíbrio físico e emocional.

Em 2023, o subtema do CACI foi *"A CAMINHO DE NOVAS OPORTUNIDADES..."*.

1.2.4

Creche – Arquiteto António Figueiredo

A resposta social Creche é uma valência que visa apoiar as famílias, sendo uma resposta socioeducativa de atendimento à primeira infância do concelho de Sever do Vouga.

Na Creche, pretende-se colaborar com a família da criança numa partilha de cuidados e responsabilidades no processo evolutivo das crianças; proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento individualizado e facilitador de um crescimento saudável.

As atividades a realizar com as crianças têm como objetivo o desenvolvimento harmonioso da criança nas áreas: expressão e comunicação (expressão e comunicação, musical, expressão dramática, expressão plástica, matemática), formação pessoal e social e conhecimento do mundo.

Os vários processos de aprendizagem que se realizam na primeira infância, só são possíveis no conjunto de uma relação harmoniosa entre pais, educadoras e crianças.

O Projeto Pedagógico a ser explorado na resposta social contemplou atividades por subtemas em cada sala, designadamente, Sala dos 2 aos 3 anos *"LÁ VEM A HISTÓRIA"*, 12 aos 24 meses *"VAMOS BRINCAR"*, berçário *"1,2,3...UMA AQUISIÇÃO DE CADA VEZ"*. A escolha deste tema deveu-se ao facto de a Creche ter um contributo fundamental para o desenvolvimento harmonioso das crianças em todas as suas etapas.

A resposta social de ERPI pretende acolher pessoas idosas que, por razões familiares, de dependência, ou de solidão não podem permanecer na sua casa, pois não são autónomas na satisfação das suas necessidades básicas. Apesar de institucionalizados durante todo o dia, nesta resposta social pretende-se preservar e incentivar a relação do utente com a família e, sempre que possível, garantir que os utentes possam ir passar as épocas festivas no seio familiar, bem como fomentar o convívio entre utentes/intergeracionais/comunidade.

Na ERPI, para além de assegurar a satisfação das necessidades básicas dos utentes, são garantidos e respeitados a independência, a individualidade, a privacidade e a livre expressão de opinião dos utentes, favorece os sentimentos de interação, autoestima e segurança, assegura o tratamento e acompanhamento psicossocial.

Os serviços prestados e as atividades desenvolvidas esta resposta social pretendem contribuir para a estabilização e adiamento dos fatores degenerativos associados ao processo de envelhecimento.

1.2.6 Lar Residencial – Dr. Jorge Martins

A resposta social Lar Residencial é uma resposta que visa apoiar todos os cidadãos com deficiência, em regime de internamento. O LR tem como objetivo dar acolhimento a pessoas deficientes que não tenham familiares diretos ou que se encontrem em situação de Alto Risco Social. No LR pretende-se que os utentes usufruam de um ambiente familiar, pelo que o local é entendido para os utentes como a sua habitação.

Esta resposta social funciona em dois espaços físicos diferentes e autónomos, mas com os mesmos objetivos no que respeita à promoção dos direitos e qualidade de vida dos utentes. Atualmente a capacidade total dos Lares Residenciais é de 40 utentes (24+16).

As atividades realizadas estão inseridas nas vivências quotidianas das famílias. Assim, os utentes cooperam com as colaboradoras nas pequenas tarefas domésticas, tais como fazer as camas, colocar os talheres e pratos na mesa, lavar a loiça, manter os quartos limpos e arrumados. Estas pequenas tarefas domésticas contribuem para que o Lar se transforme num ambiente familiar.

1.2.7 Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados – Dr. Manuel Soares, de tipologia Média Duração e Reabilitação, é uma unidade integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com capacidade para acolher 21 utentes. Tem como objetivo a estabilização clínica, a avaliação e reabilitação integral da pessoa que se encontra em situação de perda transitória de autonomia, potencialmente recuperável.

A UCCI - Dr. Manuel Soares é um estabelecimento do setor social integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, que presta cuidados continuados de saúde a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência temporária ou permanente. A recuperação do utente é uma das principais razões da existência da UCCI – Dr. Manuel Soares. Deste modo, a UCCI disponibiliza um conjunto de meios técnicos e humanos, propiciando ainda condições que permitam o conforto, bem-estar e melhor qualidade de vida possível aos seus utentes.

O período de internamento nas UCCI de média duração e reabilitação tem uma previsibilidade superior a 30 dias e inferior a 90 dias consecutivos, por cada admissão.

1.2.8

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

A resposta social Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social acompanha indivíduos e agregados em situação de vulnerabilidade social no âmbito da Ação Social e da medida de Rendimento Social de Inserção.

Neste sentido, durante o ano de 2023, foram contabilizados 13 agregados (perfazendo um total de 36 beneficiários) acompanhados no âmbito da Ação Social, com os quais foram contratualizados Acordos de Intervenção Social.

No que respeita à medida de Rendimento Social de Inserção foram acompanhados 18 agregados familiares, que corresponde a um total de 26 beneficiários, com os quais foram contratualizados Contratos de Inserção. Destas situações, apenas se autonomizaram da medida dois agregados, isto é, 6 beneficiários, por alteração de rendimentos e consequentemente melhoria da situação económica.

Além das situações acompanhadas para as quais existe uma intervenção delineada e contratualizada, existem frequentemente outras famílias que procuram o SAAS para uma situação pontual (nomeadamente, encaminhamento para outros serviços, apoio alimentar, orientação para os direitos sociais). Durante o ano de 2023 foram contabilizados cerca de 17 agregados, ou seja, um total de 40 indivíduos que recorreram ao Serviço para este efeito.

De um modo geral, os beneficiários acompanhados recorreram ao serviço, maioritariamente, para solicitar apoios alimentar e económicos e orientação para requerimento de prestações sociais, no sentido de melhorar a sua situação económica.

Face ao exposto, foram acompanhados um total de 48 agregados, especificamente 102 indivíduos (24 com nacionalidade estrangeira e os restantes portugueses).

Atendendo à situação atual do país verificou-se a necessidade e importância da continuidade do Serviço em registo descentralizado no ano de 2024 pelas seguintes razões:

- Facilitar o acesso aos direitos sociais;
- As condições familiares não são estanques, pelo que podem surgir situações de vulnerabilidade;
- As situações de vulnerabilidade (a nível familiar, social, laboral, de saúde, entre outras) são repentinas, imprevisíveis e cada vez mais frequentes;
- A chegada de famílias imigrantes sem recursos e rede de suporte familiar e social.



Atividades / Comemorações determinadas ao longo do ano em plano anual de atividades e festejadas nas várias respostas sociais

- Dia de Reis
- Dia de S. Valentim
- Carnaval
- Dia do pai (19 de março)
- Dia Mundial da Árvore (21 de março)
- Páscoa
- Dia da Mãe (1º domingo de maio)
- Dia das famílias
- Dia Mundial da Criança (1 de junho)
- Santos Populares
- Dia dos avós
- Festa de S. Pedro
- Festa das Flores
- Feira das Vindimas (outubro)
- Festa de final de ano de Creche e CATL
- Convívio entre colaboradores da APCDI
- Aniversário da APCDI (25 de setembro)
- Dia Internacional do Idoso (1 de outubro)
- Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro)
- Halloween (31 de outubro)
- Dia de São Martinho (11 de novembro)
- Festa do Pijama
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3 de dezembro)
- Dia do Voluntário (5 de dezembro)
- Festas e Celebrações de Natal
- Passeios: deslocações ao meio onde estão inseridos e a outros locais fora do concelho.



I.4

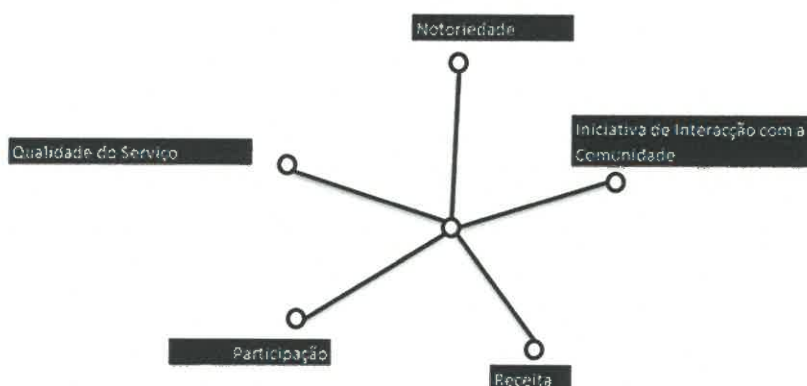
Gestão por objetivos

A Instituição definiu, anteriormente, um conjunto de dimensões institucionais (pilares) que se entendeu ser a base da sua existência e sucesso.

Estas dimensões, concretizadas por uma gestão por objetivos, permitem operacionalizar toda a ação desenvolvida pela APCDI.

Esses pilares são:

1. **Notoriedade** – Sermos Conhecidos
2. **Iniciativa de interação com a comunidade** – Termos a iniciativa de interagir com a comunidade
3. **Receita** – Obter financiamento
4. **Participação** – Conquistar a participação da comunidade na vida da organização
5. **Qualidade do serviço** – Sermos reconhecidos como prestadores de serviços com qualidade



A seguir, apresenta-se um balanço do período 2023 em cada uma das dimensões institucionais.

I.4.1

Notoriedade

Estes eventos cumprem a premissa de dar a conhecer Instituição à comunidade envolvente, para além de promover a participação desta.

No ano de 2023, foram realizados os seguintes eventos relativo à dimensão notoriedade: Festas de Final de Ano Letivo de Creche e CATL (julho); Comemoração do S. Pedro (junho); Aniversário da APCDI (25 de setembro), Campanha Pirilampo Mágico (maio), Manutenção do site (www.apcdi.pt); Festa das Flores, e Festa de Natal (3 festas – Deficiência e Idosos; Creche; CATL).

Em jeito de balanço, das 7 iniciativas previstas, concretizaram-se todas as outras ações previstas.

I.4.2

Iniciativa de Interação com a Comunidade

No ano de 2023, os eventos que constituíram a aposta na interação com a comunidade e que se concretizaram foram: Festas de Final de Ano Letivo de Creche e CATL (julho); Comemoração do S. Pedro (junho); Dia das Famílias (julho); Dias dos Avós (julho); Dia do Idoso (outubro); Campanha Pirilampo Mágico (maio), Feira das Vindimas (outubro); Missas abertas à comunidade; Parcerias com entidades; Festa das Flores, Aniversário da APCDI, Festa de Natal (3 festas – Deficiência e Idosos; Creche; CATL) e realização de Calendário.

Não foi realizada a seguinte ação: Dia do Voluntário.

Das 16 iniciativas previstas, não foi realizada 1 (Dia do Voluntário).

No entanto, embora não tenha constado nos objetivos para 2023, foi ainda realizada a seguinte iniciativa de interação com a comunidade: Dia do Deficiente.

I.4.3

Receita (obtenção de)

A APCDI manteve as seguintes iniciativas/ atividades para obtenção de receita habituais:

- Prestação de serviço de refeições
- Prestação de serviço de lavandaria (*iniciou a retoma deste serviço*)
- Exploração da piscina
- Venda de trabalhos realizados na Instituição
- Donativos
- Quotas de associados
- Campanha Pirilampo Mágico
- Festa das Flores
- Feira das Vindimas
- Prestação de serviços através de respostas sociais
- Eventos não contemplados em plano de atividades

I.4.4

Participação

Ao longo de 2023, e à semelhança do que tem ocorrido nos últimos anos, a APCDI organizou diversas iniciativas de interação com a comunidade. Para além de promover a integração dos Utentes na sociedade, estes eventos permitem também fomentar a participação ativa e envolvimento dos colaboradores na vida da Instituição.

De entre as diversas atividades realizadas, foi realizado:

- Aniversário da APCDI
- Convívio entre colaboradores
- Ceia de Natal
- Festas de Natal

Apesar de todos os eventos se terem concretizado, atingida a meta dos 75% de participação dos colaboradores apenas na Ceia de Natal.

I.4.5

Qualidade do Serviço

A APCDI tem, como imperativo final, a prestação de serviços de qualidade aos seus clientes. Em 2023, apenas foram aplicados questionários de satisfação a utentes da UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados. Não foram aplicados os questionários de satisfação e motivação aos colaboradores da APCDI.

Relativamente a reclamações explícitas (sobre a qualidade do serviço), verifica-se que continuaram a surgir, reclamações/sugestões relativas quer aos cuidados diretos quer aos serviços complementares recebidos (ex. queixas relativas às refeições, às regras estabelecidas, ao estado de conservação de alguns espaços e respostas sociais – CATL e Lar Residencial 1).

Pelo acompanhamento feito diariamente, e pela quantidade e gravidade percebidas, mantém-se o entendimento de que estes incidentes são decorrentes da normal interação que ocorre na Instituição, o que não inibe a intenção, sempre presente, de eliminá-las progressivamente.

Os desafios que atualmente se colocam às IPSS passam, também, em grande medida, pela adoção de uma conduta fundamentada num forte sentido de responsabilidade social e de ética, bem como da tomada de consciência dos impactos que o exercício da sua atividade fomenta.

É importante que consigamos funcionar eticamente nas organizações.

Um código de ética não é uma receita para resolver todas as incongruências e insuficiências da nossa ação, mas pode e deve ajudar-nos a escolher alguns caminhos.

A APCDI possui um manual de ética, que tem como objetivo fundamental, fixar as regras e os princípios gerais de ética e conduta profissional e as diretrizes de conduta, sendo aplicável a todos os corpos diretivos e colaboradores da APCDI.

Pretende-se que os princípios pelos quais se rege a APCDI, nomeadamente: desenvolvimento social, globalidade, dignidade, combate ao risco, igualdade de oportunidades, justiça social, combate à discriminação, dedicação e empenho, competência, individualidade, direitos dos indivíduos, integração em sociedade, credibilidade, façam parte do quotidiano desta Instituição.

Este manual é aplicável a todas as respostas sociais e serviços, e vincula todos os diretores e colaboradores, independentemente, da sua função ou posição hierárquica.

A conduta ética da APCDI é um reflexo dos comportamentos dos diretores e profissionais que nela colaboram.

Neste sentido, existe ainda um código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, com o objetivo de clarificar conceitos e definir e esclarecer formas de atuação, no caso de eventuais ocorrências associadas ao assédio no trabalho.

1.4.6

Balanço e apreciação dos grandes projetos

- Concretização do Projeto “Roupas de SeVer”, apoiado pela Fundação “La Caixa” – BPI Capacitar 2022; **Finalizado com sucesso**
- Concretização do Projeto “(D)Eficiência na Cozinha”, apoiado pela Fundação “La Caixa” – BPI Capacitar 2023; **Candidatura Aprovada**
- Aguardar decisão sobre a candidatura ao Donativo Teams, do Banco Santander, para obras de remodelação e beneficiação da piscina da Instituição; **Candidatura Indeferida**
- Aguardar decisão sobre a candidatura ao Prémio Desporto + Acessível – do Instituto Nacional de Reabilitação, para obras de remodelação e beneficiação da piscina da Instituição; **Candidatura Indeferida**
- Aguardar decisão sobre a candidatura ao Apoio à Renovação e Aumento do Desempenho Energético dos Edifícios de Serviços – do Fundo Ambiental, para melhoria da eficiência energética do edifício Sede (iluminação e caldeira); **Aguarda Decisão**
- Candidatura ao Prémio Fidelidade Comunidade - **Candidatura Indeferida**
- Candidatura à Fundação Cepsa: Prémios de Valor Social – **Aguarda decisão**
- Candidatura à Frota Solidária do Montepio - **Candidatura Indeferida**
- Candidatura para remodelação e ampliação da resposta social Creche, através do PRR – Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais; **Candidatura Deferida, em concretização**
- Continuação do projeto AGILidades; **Manutenção**
- Candidatura ao Prémio Bairro feliz do Pingo Doce - **Candidatura Indeferida**
- Viagem de utentes residentes da deficiência ao Algarve, durante o ano de 2023; **Viagem Realizada em julho de 2023**
- Construção de Sala de Fisioterapia; **Em projeto**
- Construção de salão polivalente no Edifício de Nogueira; **Em projeto**
- Terraplanagem de terreno p/ acesso ao futuro Lar Residencial e nova cozinha; **Em execução**
- Construção de Cozinha; **Candidatura a BPI Capacitar aprovada em 2023**

Mapa de resultados por dimensão

DIMENSÃO	INDICADOR	Meta/Objetivo a atingir em 2023	Resultado atingido
Notoriedade	Nº de ações de comunicação	7 (Aniversário da APCDI, Festa de Natal, Pirlampo Mágico, festas de Final de Ano letivo, Festa das Flores, Manutenção do site, Festa de S. Pedro)	7
Iniciativa de Interação com a Comunidade	Nº de eventos realizados	16 (S. Martinho, Dia do Idoso, Dia do Voluntário, Festa de Natal, Missas abertas à comunidade, Aniversário da Instituição, Feira das Vindimas, Parceria c/ entidades, S. Pedro, Festa das Flores, Pirlampo Mágico, festa de Final de Ano letivo, Dia das Famílias, Dia dos avós, Calendário dos Utentes, marchas populares)	15
Receita	Sócios pagantes	¾ dos sócios ativos no final de 2023. (à data 425 sócios ativos)	No final de 2023 foram pagas 306 quotas – 72%
	Vendas de serviços pagos (lavandaria)	Criar parcerias e aumentar a faturação do serviço de lavandaria	Em 2023 foi faturado o valor de 1.664.16€
Participação	Nº de Sócios	Manter o número de sócios ativos no plano anterior (448).	Final de 2023 - 421 sócios ativos.
	Nº de participantes nos eventos (internos e externos)	Eventos internos: <ul style="list-style-type: none"> Ceia de Natal Festa de Natal Aniversário da APCDI Convívio entre colaboradores Meta: Manter a participação de 75% dos colaboradores	Ceia de Natal (80%) Festas de Natal – (70%). Aniversário da APCDI (41%) Convívio entre colaboradores (53%)
Qualidade do Serviço	Implementação de sistema de av. do ambiente interno e obtenção duma melhoria verificável	Implementar o questionário de satisfação e motivação do colaborador. Implementar o questionário de satisfação a clientes.	Os Questionários previstos em plano não foram implementados. Apendas foram implementados questionários a utentes /famílias da UCCI



O projeto “Roupas de SeVer” do Prémio BPI Capacitar 2022, da Fundação “la Caixa” foi concluído em 2023, tendo sido dada continuidade ao mesmo.

Durante 2023 foram realizados contactos com empresas e alojamentos locais do concelho de Sever do Vouga para promoção do serviço de lavandaria.

Relativamente à comunidade em geral, após atualização do preçário, iniciou-se a divulgação física do serviço de lavandaria, tendo havido aumento da faturação deste serviço.

Durante 2023, a APCDI efetuou uma candidatura ao Prémio BPI Capacitar 2023, da Fundação “la Caixa”. Esta candidatura, através do projeto “(D)eficiência na Cozinha”, foi uma das premiadas.

O Projeto “(D)eficiência na Cozinha” consiste na inclusão de pessoas com deficiência, em especial os utentes de Lares Residenciais (LR) da APCDI, em tarefas de cozinha. Envolve dois momentos cruciais: a capacitação de deficientes para a realização de uma atividade socialmente útil e o apoio à comunidade, em especial à população em situação de pobreza e insegurança alimentar. Dado que a APCDI possui 2 respostas sociais de deficiência (CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e LR), o grande objetivo é igualar as oportunidades destes 2 grupos distintos, procurando inovar nos LR ao tentar implementar as novas regras do CACI também nesta população. Desta forma, pretendem-se incluir em atividade socialmente útil de cozinha 4 utentes de LR, dando oportunidade a formando dos cursos de profissionalização da CERCIAAG vir realizar estágio em ambiente de trabalho real. A referência para as escolhas são as capacidades, funcionalidade, interesses e necessidades da pessoa com deficiência. As atividades serão planeadas e organizadas de forma individualizada, valorizando as suas escolhas, necessidades, interesses e vontades, nomeadamente as atividades ocupacionais, as atividades de interação com o meio e as atividades de qualificação para a inclusão em atividades socialmente útil.

2023 foi um ano caracterizado pelo retomar de todas as dinâmicas pré-covid, tendo sido por isso, marcado quer por candidaturas a projetos (algumas aprovadas), quer pela concretização de inúmeras iniciativas que tinham ficado suspensas com a pandemia.



I.6

Análise da situação económica e financeira

O período correspondente ao exercício de 2023, em termos económicos, foi marcado por um conjunto de fatores (positivos e negativos) que influenciaram de forma impactante os indicadores económicos e financeiros da Instituição.

Como fator positivo é de relevar o crescimento económico registado em 2023. O PIB português teve, neste período, um crescimento de 2,30%. Este crescimento é uma desaceleração em comparação com o ano anterior, quando o PIB cresceu 6,80%. Além disso, Portugal registou um excedente orçamental correspondente a aproximadamente 1,00% do PIB, o melhor saldo em democracia.

Como fatores negativos temos (i) o processo inflacionista que teve o seu início em 2022 e que se prolongou durante 2023, período em que Portugal apresentou uma taxa de inflação de 4,30%; (ii) a guerra na Ucrânia e o conflito entre Israel e Palestina; (iii) preços da energia. Independentemente de todos os esforços de gestão implementados pela Direção da Instituição, estes fatores influenciaram significativamente os custos da APCDI.

Se é verdade que, através de políticas de controlo de custos, a Instituição conseguiu estancar o aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos (os FSE apresentam um ligeiro aumento de 1.701,57€ face a 2022), também é verdade que, essas mesmas políticas, se mostraram insuficientes para mitigar o efeito inflação nos consumos da Instituição (CMVMC apresentam um aumento de 31.115,76€ face a 2022).

O aumento do SMN (de 760,00€ para 820,00€) e o consequente aumento da massa salarial da Instituição foi o fator determinante para o aumento dos Gastos com o Pessoal. O aumento do SMN tem, sempre, consequências negativas na massa salarial da Instituição, já que a maioria dos seus funcionários usufrui um salário base igual ao SMN. Face a 2022, esta rubrica, registou um aumento homólogo de 9,68%, 163.475,37€.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado			
Outros Indicadores			
Unidade monetária (1)			
Descrição	PERÍODOS		
	2023	Variância (€)	2022
CMVMC (Consumos)	397 049,94	31 115,76	365 934,18
Fornecimentos e Serviços Externos	383 785,95	1 701,57	382 084,38
Gastos com o Pessoal	1 852 266,92	163 475,37	1 688 791,55
TOTAL	2 633 102,81	196 292,70	2 436 810,11

(1) euro

Face a 2022, o crescimento dos Rendimentos em 2023 (2,42% / 60.578,28€) foi pouco significativo e claramente insuficiente para fazer face ao aumento acentuado dos Gastos.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado			
Vendas, Serviços Prestados e Subsídios à Exploração			
Unidade monetária (1)			
Descrição	PERÍODOS		
	2023	Variância (€)	2022
Vendas e serviços prestados			
Vendas	14.715,54	1.550,78	13.164,76
Prestação de Serviços			
Infância e Juventude	36.791,77	(13.080,82)	49.872,59
Reabilitação, Capacitação e Inclusão	221.532,47	4.527,90	217.004,57
Terceira Idade	295.314,85	22.236,51	219.078,34
Unidade de Cuidados Continuados	727.778,98	504,40	727.274,58
Quotizações	3.390,00	(750,00)	4.140,00
Serviços Secundários	112.296,01	23.982,95	88.313,06
	1.351.819,62	38.971,72	1.312.847,90
Subsídios, doações e legados à exploração			
Centro Regional de Segurança Social	1.154.891,00	17.705,57	1.137.185,43
Autarquias	40.381,20	24.131,20	16.250,00
Outros	21.667,51	(20.290,21)	41.897,72
	1.216.939,71	21.606,56	1.195.333,15
TOTAL	2.568.759,33	60.578,28	2.508.181,05

(1) euro

As alterações, aqui evidenciadas e verificadas nas principais rubricas de Rendimentos e Gastos, consubstanciam-se numa regressão dos principais indicadores económicos da Instituição. Realçam-se os Resultados Operacionais, com um decréscimo de 173.576,49€ e o Resultado Líquido, com um decréscimo de 178.563,48€. A Instituição voltou aos Resultados Líquidos negativos no valor de 161.816,21€, que contrastam com o Resultado Líquido positivo de 2022 16.747,27€.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado			
Outros Indicadores			
Unidade monetária: (1)			
Descrição	PERÍODOS		
	2023	Variação (€)	2022
Resultado antes de depreciações	11.755,04	(173.576,49)	185.331,53
Resultado líquido	(161.816,21)	(178.563,48)	16.747,27
Total dos fundos patrimoniais	4.753.793,35	(171.247,89)	4.925.041,24
Total do ativo	6.011.685,43	274.445,27	5.737.240,16
Total do passivo	1.257.892,08	445.693,16	812.198,92
(1) euro			

OUTROS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rácios de Liquidez

			2023	2022
Liquidez Geral	=	Ativo Corrente		
		Passivo Corrente	2,50	2,46
Liquidez Reduzida	=	Ativo Corrente - Inventários		
		Passivo Corrente	2,46	2,37
Liquidez Imediata	=	Caixa e Depósitos Bancários		
		Passivo Corrente	2,15	1,95

SE a liquidez geral for superior à unidade, então o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Esta situação, origina uma certa margem de segurança que tem o seu custo.

SE a liquidez geral for igual à unidade, conclui-se que o Ativo Circulante é igual às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio nulo. Esta situação é instável.

SE a liquidez geral for inferior à unidade, então conclui-se que o Ativo Circulante é inferior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio negativo.

Meios Libertos

Resultado de Exploração	=	Resultado Operacional + Outros Gastos Operacionais - Outros Rendimentos Operacionais	=	2023	2022
Meios Libertos Brutos de Exploração (MLBE)	=	Resultado Exploração + Depreciações e Amortizações + Imparidade Invest. Deprec./Amort.	=	-238.290,78 €	-85.985,07 €
Meios Libertos Brutos de Totais (MLBT)	=	Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	=	-78.244,49 €	71.370,94 €
Meios Libertos Líquidos Totais (MLLT)	=	Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + Imparidade Invest. Deprec./Amort.	=	11.755,04 €	185.331,53 €
				-1.769,92 €	174.103,28 €

Meios Libertos Brutos Exploração (MLBE)
É o dinheiro que sobra após a empresa pagar os custos de exploração.

Meios Libertos Brutos Totais (MLBT)
Serve para pagar juros, impostos, dividendos, reembolsar o capital alheio e poderá ainda servir de autofinanciamento.

Meios Libertos Líquidos Retidos (MLLR)
Este último conceito é geralmente conhecido como autofinanciamento. Permite o aumento das aplicações de fundos sem recurso a capitais alheios e sem causar pressões na tesouraria, sendo por essa razão um meio privilegiado de financiamento.

Rácios de Estrutura

Autonomia Financeira	=	Capital Próprio	=	2023	2022
		Ativo Total		79,06%	85,84%
Solvabilidade	=	Capital Próprio	=		
		Capital Alheio		3,78	6,06
Rácio de Endividamento	=	Capital Alheio	=		
		Activo Total		20,94%	14,16%

A autonomia financeira mede o grau de solvabilidade da empresa através da comparação entre os capitais próprios e os capitais alheios (passivos). Quanto maior for o grau de autonomia financeira, maior será o grau de solvabilidade, ou seja, maior será a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros de longo-prazo.

Solvabilidade - Mede a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma sociedade. A gestão deste indicador financeiro é importante por forma a não colocar em causa a continuidade da empresa no médio ou no longo prazo. A solvabilidade pode ser medida pelo seguinte rácio:
Solvabilidade = Capital próprio / Capital alheio
A solvabilidade de uma instituição será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio. Um valor muito baixo pode indicar uma fraca viabilidade da empresa no futuro, pois significa uma elevada fragilidade económico-financeira

um rácio de endividamento de 1 (peso idêntico dos capitais próprios e alheios); um rácio de endividamento de 2 (o passivo representa o dobro dos capitais próprios, na estrutura de capitais).

Rácios de Rendibilidade

Rendibilidade do Ativo Total (ROA) antes de impostos	=	Resultado Operacional	=	2023	2022
Rendibilidade do Ativo Total (ROA) depois de impostos	=	Ativo Total	=	-2,47%	0,48%
Rendibilidade do Fundo Patrimonial (RFP) antes de impostos	=	Resultado Operacional	=	-1,85%	0,37%
Rendibilidade do Fundo Patrimonial (RFP) depois de impostos	=	Ativo Total x (1-t)	=	-3,36%	0,43%
Grau de Endividamento (GE)	=	Resultado Antes de Impostos	=	-3,41%	0,34%
Rentabilidade Líquida das Vendas	=	Capital Próprio	=	26,49%	16,49%
	=	Resultado Líquido	=	-11,97%	1,28%
	=	Capital Próprio			
	=	Capitais Alheios			
	=	Capitais Próprios			
	=	Resultado Líquido			
	=	Vendas			

Esta relação indica o grau de endividamento da empresa. Inclui nos capitais alheios os empréstimos obtidos a médio e longo prazos (capitais alheios estáveis), os empréstimos obtidos a curto prazo e todos os créditos de exploração e extra-exploração (passivo circulante). Os capitais totais correspondem ao ativo total, ou seja, integram os capitais próprios e os capitais alheios.

ANÁLISE DE DESVIOS EXERCÍCIO 2023 / ORÇAMENTO 2023 / EXERCÍCIO 2022

ASSOCIAÇÃO PRÓ CIDADÃO DEFICIENTE INTEGRADO

(valores em euros)							
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	Período	Orçamento	Variação	%	Período	Variação	%
Descrição	2023	2023	2023		2022	2023 / 2022	
Gastos e perdas							
61 Custo das mercadorias vendidas	397.049,94	322.448,95	74.600,99	23,14%	365.934,18	31.115,76	8,50%
62 Fornecimentos e serviços externos	383.785,95	352.030,96	31.754,99	9,02%	382.084,38	1.701,57	0,45%
63 Gastos com o pessoal	1.852.266,92	1.823.695,62	28.571,30	1,57%	1.688.791,55	163.475,37	9,68%
64 Gastos de depreciação e amortização	160.046,29	139.657,28	20.389,01	14,60%	157.356,01	2.690,28	1,71%
65 Perdas por imparidade	13.901,01	0,00	13.901,01		0,00	13.901,01	
67 Provisões do período	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
68 Outros gastos e perdas	35.782,45	1.917,33	33.865,12		24.138,48	11.643,97	48,24%
69 Gastos e perdas de financiamento	21.176,90	6.779,80	14.397,10	212,35%	6.709,32	14.467,58	215,63%
Totais Classe	2.864.009,46	2.646.529,94	217.479,52	8,22%	2.625.013,92	238.995,54	9,10%
Rendimentos e ganhos							
71 Vendas	14.715,54	11.197,80	3.517,74	31,41%	13.164,76	1.550,78	11,78%
72 Prestações de serviços	1.337.104,08	1.328.137,42	8.966,66	0,68%	1.299.683,14	37.420,94	2,88%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	1.216.939,71	1.128.314,96	88.624,75	7,85%	1.195.333,15	21.606,56	1,81%
76 Reversões	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
78 Outros rendimentos e ganhos	125.781,98	97.323,44	28.458,54	29,24%	138.099,07	-12.317,09	-8,92%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	9.614,18	18,57	9.595,61		31,61	9.582,57	
Totais Classe	2.704.155,49	2.564.992,19	139.163,30	5,43%	2.645.311,73	57.843,76	2,19%
	-1.962,24				-4.550,54		
	-161.816,21	-81.537,75	-78.316,22		16.747,27	181.151,78	

ASSOCIAÇÃO PRÓ CIDADÃO DEFICIENTE INTEGRADO

(valores em euros)							
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	Período	Orçamento	Variação	%	Período	Variação	%
Descrição	2023	2023	2023		2022	2023 / 2022	
Gastos e perdas	2.864.009,46 €	2.646.529,94 €	217.479,52 €	8,22%	2.625.013,92 €	238.995,54 €	9,10%
Rendimentos e ganhos	2.704.155,49 €	2.564.992,19 €	139.163,30 €	5,43%	2.645.311,73 €	57.843,76 €	2,19%



É nosso entendimento que a APCDI não está exposta a riscos financeiros ou outros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela empresa.

Face ao que antecede, a Direção propõe à Assembleia Representativa o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2023
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de -161.816,21 euros para a conta de “Resultados Transitados”
3. A Direção agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da APCDI, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

II. Demonstrações Financeiras

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado
Balanço Individual - 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária (1)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.918.325,71	3.997.412,22
Ativos intangíveis	6	6.705,43	13.975,86
Investimentos financeiros	13.3	31.067,92	29.490,96
		3.956.099,06	4.040.879,04
Ativo corrente			
Inventários	8	31.330,27	58.954,69
Créditos a receber	13.1	229.745,26	270.957,16
Estado e outros entes públicos	13.8	12.000,76	14.436,14
Diferimentos	13.9	18.391,74	9.582,77
Caixa e depósitos bancários	13.2	1.764.118,34	1.342.430,36
		2.055.586,37	1.696.361,12
Total do ativo		6.011.685,43	5.737.240,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos	13.7	16.783,06	16.783,06
Reservas	13.7	247.898,16	247.898,16
Resultados transitados	13.7	2.852.942,12	2.836.194,85
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.797.986,22	1.807.417,90
Resultado líquido do período		(161.816,21)	16.747,27
Total dos fundos patrimoniais		4.753.793,35	4.925.041,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13.6	437.857,78	122.554,26
		437.857,78	122.554,26
Passivo corrente			
Fornecedores	13.4	69.198,92	66.487,13
Estado e outros entes públicos	13.8	77.580,65	83.721,47
Financiamentos obtidos	13.6	86.723,34	51.822,48
Diferimentos	13.9	19.350,09	23.777,48
Outros passivos correntes	13.5	567.181,30	463.836,10
		820.034,30	689.644,66
Total do passivo		1.257.892,08	812.198,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.011.685,43	5.737.240,16

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas período findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	1.351.819,62	1.312.847,90
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.216.939,71	1.195.333,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(397.049,94)	(365.934,18)
Fornecimento e serviços externos	13.10	(383.785,95)	(382.084,38)
Gastos com o pessoal	14	(1.852.266,92)	(1.688.791,55)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13.1	(13.901,01)	-
Outros rendimentos	13.11	125.781,98	138.099,07
Outros gastos	13.12	(35.782,45)	(24.138,48)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.755,04	185.331,53
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(160.046,29)	(157.356,01)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(148.291,25)	27.975,52
Juros e rendimentos similares obtidos	9	9.614,18	31,61
Juros e gastos similares suportados	13.6	(21.176,90)	(6.709,32)
Resultado antes de impostos		(159.853,97)	21.297,81
Imposto sobre o rendimento do período	12	(1.962,24)	(4.550,54)
Resultado líquido do período		(161.816,21)	16.747,27

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado

Demonstração Individual dos Resultados por Funções período findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária (1)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	1.351.819,62	1.312.847,90
Custo das vendas e dos serviços prestados		(2.249.316,86)	(2.054.725,73)
Resultado bruto		(897.497,24)	(741.877,83)
Outros rendimentos		1.352.335,87	1.333.463,83
Gastos administrativos		(543.832,24)	(539.440,39)
Outros gastos		(49.683,46)	(24.138,48)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(138.677,07)	28.007,13
Gastos de financiamento (líquidos)		(21.176,90)	(6.709,32)
Resultado antes de impostos		(159.853,97)	21.297,81
Imposto sobre o rendimento do período	12	(1.962,24)	(4.550,54)
Resultado líquido do período		(161.816,21)	16.747,27

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade monetária (1)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de clientes e utentes		1.384.465,78	1.316.472,05
Pagamentos a fornecedores		(743.083,44)	(725.085,52)
Pagamentos ao pessoal		(1.275.046,47)	(1.168.810,75)
Caixa gerada pelas operações		(633.664,13)	(577.424,22)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			(2.164,71)
Outros recebimentos / pagamentos		747.859,69	722.219,97
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		114.195,56	142.631,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(44.733,98)	(84.309,70)
Ativos intangíveis		(4.428,00)	(10.843,68)
Investimentos financeiros			(5.279,03)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		42.292,00	67.600,00
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		(6.869,98)	(32.832,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		400.000,00	
Outras operações de financiamento		28,07	31,61
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(61.319,85)	(50.152,93)
Juros e gastos similares		(24.345,82)	(9.533,61)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		314.362,40	(59.654,93)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		421.687,98	50.143,70
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.342.430,36	1.292.286,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.764.118,34	1.342.430,36
(1) euro			

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2022

Unidade monetária: (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Reavaliação	Ajustamentos / Outras Variações	Resultado Líquido do Período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		16 783,06		247 898,16	3 013 617,28		1 828 845,06	(177 422,43)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(21 427,16)	
Aplicação do resultado líquido					(177 422,43)			177 422,43
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(177 422,43)		(21 427,16)	177 422,43
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
								16 747,27
								16 747,27
								(4 679,89)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	15.17	16 783,06		247 898,16	2 836 194,85		1 807 417,90	16 747,27
								4 925 041,24

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado
Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2023

Unidade monetária (1)

DESCRÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos / Outras Variações	Resultado Líquido do Período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		16.783,06		247.898,16	2.836.194,85		1.807.417,90	16.747,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(9.431,68)	
Aplicação do resultado líquido					16.747,27			(16.747,27)
		-	-	-	16.747,27	-	(9.431,68)	(9.431,68)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
								(161.816,21)
RESULTADO INTEGRAL								(161.816,21)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	15.17	16.783,06	-	247.898,16	2.852.942,12	-	1.797.986,22	(161.816,21)
								4.753.793,35

(1) euro



III. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADÃO DEFICIENTE INTEGRADO**, com o NIF 501665269, doravante abreviadamente designada por **APCDI**, é uma IPSS de Utilidade Pública, constituída em 25 de setembro de 1984, com sede na Rua da APCD, n.º 317, Sobral, Pessegueiro do Vouga.

OBJETO SOCIAL

A APCDI tem como objeto social, promover as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades individuais e à integração familiar e social da pessoa com deficiência. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, à pessoa com deficiência e à pessoa idosa. Promover o desenvolvimento da criança de modo a prevenir situações de risco, marginalização, discriminação ou exclusão social garantindo a igualdade de oportunidades. Prestar cuidados clínicos, reabilitação e apoio psicossocial da pessoa que se encontra em situação de perda de autonomia potencialmente recuperável. Promover uma melhoria das condições de vida a crianças e jovens em perigo, em regime de acolhimento urgente e temporário. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas em situação de carência. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento temporário, a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não por filhos menores. Promover uma melhoria das condições de vida a pessoas com desvantagens transitórias ou permanentes, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional e a sua eventual integração em programas de formação. Promover uma melhoria das condições de vida, em regime de acolhimento, a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e evolução crónica, mas com capacidade de autonomia, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou emprego normal ou protegido.

VALÊNCIAS

Para a realização dos seus objetivos sociais, a APCDI apresenta como principais valências:

- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Creche
- Centro de Dia
- Lar de Idosos Dependentes
- Lar Residencial
- Unidade de Cuidados Continuados

NOTA 2

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


Nota 2.1

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da APCDI, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

✓ **Continuidade**

- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da APCDI durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.



✓ **Regime da Periodização Económica (Acréscimo)**

- Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as necessidades e critérios de reconhecimento.

✓ **Consistência de apresentação**

- Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

✓ **Materialidade e agregação**

- Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a APCDI não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras. Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

✓ **Compensação**

- Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

✓ **Comparabilidade**

- Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

✓ **Classificação dos ativos e passivos não correntes**

- Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

✓ **Passivos financeiros**

- Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

✓ **Eventos subsequentes**

- Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes ocorridos após a data do Balanço, mas que não se relacionem com condições existentes nessa data, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

✓ **Julgamentos e estimativas**

- Na preparação das DF, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das DF, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas DF incluem a vida útil dos bens, perdas por imparidade, análises prospetivas de acontecimentos supervenientes.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram exceionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas serem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da APCDI.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 27 de março de 2024.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

✓ **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	5

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos ou Outros gastos".

✓ **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Programas de Computador	3
Outros ativos intangíveis	3 a 25

✓ **Locações Financeiras**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



✓ **Inventários**

As mercadorias são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).

✓ **Rédito**

Modelo: Justo Valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela APCDI.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- - Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- - A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- - O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- - Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- - O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- - Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- - A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

✓ **Subsídios**

Modelo: (i) Subsídios Monetários pela quantia nominal e (ii) Subsídios Não Monetários pelo Justo Valor do ativo não monetário.

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

✓ **Impostos**

Modelo: os passivos / ativos por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores são mensurados pela quantia que se espera que seja paga / recuperada de às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais aprovadas à data do balanço, não sendo contabilizados impostos diferidos.

✓ **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em consequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saído em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.



✓ **Benefício dos Empregados**

Modelo: Custo da Obrigação, os Benefícios a Curto Prazo são reconhecidos no mesmo período em que o Empregado prestou o serviço.

✓ **Custo de Empréstimos Obtidos**

Os juros dos empréstimos obtidos são, geralmente, registados como gasto do período.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Para os restantes empréstimos o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização média sobre o valor dos investimentos efetuados.

Na prática, a entidade capitaliza os juros suportados na aquisição ou construção de ativos, quando o período de construção, o custo de aquisição ou produção e os juros incorridos estimados sejam superiores a 12 meses, 100.000 euros e 10.000 euros, respetivamente.

✓ **Imparidade de Ativos**

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

✓ **Provisões, Passivos e Ativos Contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os gastos com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Entidade, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Entidade.

A entidade, a 31 de dezembro de 2023, não possui quaisquer passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

✓ **Acontecimentos após a data de Balanço**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

NOTA 4

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As alterações nas estimativas contabilísticas e os erros do período são materialmente irrelevantes não merecendo, por isso, qualquer informação.

NOTA 5

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se mensurados pelo seu Custo de Aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são imputadas pelo método da linha reta, numa base sistemática, durante a vida útil estimada. O prédio urbano sito na Rua Nossa Senhora do Rosário, Nogueira, freguesia de Pessegueiro do Vouga encontra-se hipotecado a favor da CGD como garantia de financiamento concedido por esta instituição financeira.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Tangíveis - 31 de Dezembro de 2022						
Unidade monetária (1)						
Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01/JAN/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2022
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	241 132,95					241 132,95
Edifícios e outras construções	5 045 630,13			19 702,65		5 065 332,78
Equipamento básico	652 008,71	16 293,22				668 301,93
Equipamento de transporte	436 374,10	42 122,08				478 496,18
Equipamento administrativo	140 415,27	5 460,92		2 458,24		148 334,43
Outros ativos fixos tangíveis	55 267,07			(2 458,24)		52 808,83
Ativos fixos tangíveis em curso	-	19 702,65		(19 702,65)		-
Total	6 570 828,23	83 578,87	-	-	-	6 654 407,10
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1 337 968,46	99 599,20				1 437 567,66
Equipamento básico	610 447,39	17 596,06				628 043,45
Equipamento de transporte	381 133,66	24 556,30				405 689,96
Equipamento administrativo	123 210,12	9 674,86				132 884,98
Outros ativos fixos tangíveis	52 808,83					52 808,83
Total	2 505 568,46	151 426,42	-	-	-	2 656 994,88
Valor Líquido	4 065 259,77	(67 847,55)	-	-	-	3 997 412,22

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Tangíveis - 31 de Dezembro de 2023						
Unidade monetária (1)						
Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01/JAN/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2023
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	241.132,95					241.132,95
Edifícios e outras construções	5.065.332,78	39.781,18				5.105.113,96
Equipamento básico	668.301,93	9.782,62				678.084,55
Equipamento de transporte	478.496,18					478.496,18
Equipamento administrativo	148.334,43	2.865,89				151.200,32
Outros ativos fixos tangíveis	52.808,83	14.310,16				67.118,99
Ativos fixos tangíveis em curso	-	46.730,68		(39.781,18)		6.949,50
Total	6.654.407,10	113.470,53	-	(39.781,18)	-	6.728.096,45
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	1.437.567,66	100.291,91				1.537.859,57
Equipamento básico	628.043,45	12.202,96				640.246,41
Equipamento de transporte	405.689,96	28.944,00				434.633,96
Equipamento administrativo	132.884,98	10.418,49				143.303,47
Outros ativos fixos tangíveis	52.808,83	918,50				53.727,33
Total	2.656.994,88	152.775,86	-	-	-	2.809.770,74
Valor Líquido	3.997.412,22	(39.305,33)	-	(39.781,18)	-	3.918.325,71

(1) euro

Esta nota deve ser lida em conjunto com a nota dos financiamentos obtidos.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos Intangíveis encontram-se mensurados pelo seu Custo de Aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são imputadas pelo método da linha reta, numa base sistemática, durante a vida útil estimada.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Intangíveis - 31 de Dezembro de 2022						
Unidade monetária (1)						
Custos e Amortizações Acumuladas	Saldo em 01/JAN/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2022
CUSTO						
Projetos de desenvolvimento	37.712,90	7.380,00				45.092,90
Programas de computador / Outros	27.965,74	5.461,82				33.427,56
Total	65.678,64	12.841,82	-	-	-	78.520,46
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Projetos de desenvolvimento	33.202,90	3.443,92				36.646,82
Programas de computador / Outros	25.412,11	2.485,67				27.897,78
Total	58.615,01	5.929,59	-	-	-	64.544,60
Valor Líquido	7.063,63	6.912,23	-	-	-	13.975,86

(1) euro

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Ativos Intangíveis - 31 de Dezembro de 2023						
Unidade monetária (1)						
Custos e Amortizações Acumuladas	Saldo em 01/JAN/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/DEZ/2023
CUSTO						
Projetos de desenvolvimento	45.092,90					45.092,90
Programas de computador / Outros	33.427,56					33.427,56
Total	78.520,46	-	-	-	-	78.520,46
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Projetos de desenvolvimento	36.646,82	4.715,08				41.361,90
Programas de computador / Outros	27.897,78	2.555,35				30.453,13
Total	64.544,60	7.270,43	-	-	-	71.815,03
Valor Líquido	13.975,86	(7.270,43)	-	-	-	6.705,43

(1) euro

NOTA 7

LOCAÇÕES

A APCDI não possui, à data de 31 de dezembro de 2023, quaisquer Locações Financeiras.

O Contrato de Locação Financeira evidenciado no relato anterior teve a sua conclusão no decorrer do exercício de 2023.

INVENTÁRIOS

O método de custeio utilizado é o Custo Médio Ponderado em sistema de Inventário Permanente.

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Inventários				
Movimentos	2023		2022	
	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais		58 954,69		57 231,68
Compras	13 962,87	372 436,66	13 003,81	376 478,03
Auto Consumo				
Regularização de existências	(260,00)	(16 714,01)		(21 824,65)
Existências finais		31 330,27		58 954,69
Custo do exercício	13 702,87	383 347,07	13 003,81	352 930,37

(1) euro

NOTA 9

RÉDITO

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Rédito						
Descrição	2023			2022		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face ao total dos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face ao total dos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	14 715,54	1,08%	11,78%	13 164,76	1,00%	12,17%
Prestação de serviços	1 337 104,08	98,21%	2,88%	1 299 683,14	98,99%	87,15%
Quotas de utilizadores	1 221 418,07	89,72%	1,18%	1 207 230,08	91,95%	5,95%
Quotas e joias	3 390,00	0,25%	-18,12%	4 140,00	0,32%	-28,13%
Serviços Secundários	112 296,01	8,25%	27,16%	88 313,06	6,73%	45,87%
Juros	9 614,18	0,71%	30315,00%	31,61	0,00%	-98,68%
Total	1 361 433,80	100,00%		1 312 879,51	100,00%	

(1) euro

NOTA 10

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Subsídios e Apoios do Estado e de Outras Entidades		
Descrição	2023	
	2022	
Subsídios do Governo		
ISS - Centro Regional de Segurança Social	1.154.891,00	1.137.185,43
Outros	40.381,20	29.743,19
	1.195.272,20	1.166.928,62
Apoios do Governo		
IEFP	19.667,51	18.979,13
Outros	-	7.280,00
	19.667,51	26.259,13
Outras Entidades		
Setor Privado	2.000,00	2.145,40
	2.000,00	2.145,40
Total	1.216.939,71	1.195.333,15

(1) euro

NOTA 11

ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 12

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto Sobre o Rendimento do período foi calculado tendo por base os Resultados Operacionais Positivos apurados nas Atividades Secundárias "Lavandaria" e "Take Away" e o total de Proveitos das Atividades Secundárias "Cedência de Espaços", "Cantina Social" e "Outros Rendimentos Secundários".

A taxa de cálculo (21%) é a definida no Art.º 87, n.º 5 do CIRC.

Estimativa IRC				9.344,02
900201 - Cozinha (Protocolo CMSV)	RL Valência	-12.134,57		
900202 - Lavandaria	RL Valência	5.625,06	60,20%	
900203 - Take Away	RL Valência	1.952,05	20,89%	
900220 - Piscina Sobral	RL Valência	-7.755,82		
Cedência de Espaços - Piscinas e Outros	Rendimentos	508,55	5,44%	
Cantina Social	Rendimentos	90,00	0,96%	
Outros Rendimentos Secundários	Rendimentos	1.168,36	12,50%	
Total Atividades Secundárias	=	-11.714,73		
Taxa (Art.º 87, n.º 5 CIRC)	21%			
IRC Estimado Exercício 2023	=	1.962,24		

INSTRUMENTOS FINANCEIROS**ATIVO**

- ✓ Créditos a Receber
- ✓ Caixa e Depósitos Bancários
- ✓ Outros Ativos Financeiros

PASSIVO

- ✓ Fornecedores
- ✓ Outras Contas a Pagar
- ✓ Financiamentos Obtidos

FUNDOS PATRIMONIAIS

- ✓ Fundos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS****OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS****OUTROS GASTOS E PERDAS****DIFERIMENTOS**

NOTA 13.1

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Créditos a Receber		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2023	2022
Créditos a Receber		
Clientes - Gestão Comercial	28.393,56	18.663,61
Clientes - Unidades de Saúde	104.782,79	134.169,88
Utentes	63.846,87	58.712,46
Total	197.023,22	211.545,95
Perdas por Imparidade		
Utentes	22.283,62	8.382,61
Total	22.283,62	8.382,61
Total de Créditos a Receber	174.739,60	203.163,34
Outros Créditos a Receber		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	9.641,84	498,21
Outros Devedores	45.363,82	67.295,61
Total de Outros Créditos a Receber	55.005,66	67.793,82
Total Créditos a Receber	229.745,26	270.957,16

(1) euro

NOTA 13.2

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Caixa e Depósitos Bancários		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2023	2022
Caixa	3 333,06	1 906,03
Depósitos à Ordem	460 785,28	1 028 584,68
Depósitos a Prazo	1 300 000,00	311 939,65
Total	1 764 118,34	1 342 430,36

(1) euro

NOTA 13.3

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Outros Ativos Financeiros		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2023	2022
Investimentos Financeiros		
Fundos FCT	20 891,49	19 314,53
Fundos FRSS	1 424,43	1 424,43
Ouro	8 752,00	8 752,00
Total	31 067,92	29 490,96

(1) euro

O valor da rubrica Outros Ativos Financeiros contempla um valor de 20.891,49€ referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este fundo é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão e é financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

NOTA 13.4

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Fornecedores		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2023	2022
Fornecedores C/C	69 198,92	66 487,13
Total	69 198,92	66 487,13

(1) euro

NOTA 13.5

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Outras Dívidas a Pagar				
Unidade monetária (1)				
Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos		23.203,95		996,25
Credores por Acréscimo de Gastos		276.676,33		240.443,58
Remunerações a Pagar		94.122,43		87.774,13
Outros Credores		173.178,59		134.622,14
Total	-	567.181,30	-	463.836,10

(1) euro

Os credores por acréscimo de gastos dizem respeito, essencialmente, à estimativa de férias e subsídio de férias.

NOTA 13.6

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Financiamentos Obtidos				
Unidade monetária (1)				
Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	437 857,78	86 723,34	122 554,26	51 822,48
Total	437 857,78	86 723,34	122 554,26	51 822,48

(1) euro

Nesta rubrica está considerado o empréstimo bancário contraído em 2015, pelo montante de 350.000,00€ e pelo prazo de 10 anos, para a construção da Unidade de Cuidados Continuados e da Unidade Residencial 2, assim como o empréstimo bancário, contraído em 2023, pelo montante de 400.000,00€ para a construção de novas infraestruturas. A APCDI constituiu a favor da Caixa Geral de Depósitos hipoteca sobre o Prédio urbano, composto de Edifício de Cave, rés-do-chão, primeiro e segundo andares e logradouro, sito em Nogueira, Rua Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Pessegueiro do Vouga, concelho de Sever do Vouga, inscrito na matriz sob o artigo 1617. A 31 de dezembro de 2023, o empréstimo da CGD totalizava um montante de Euros 124.581,12. O empréstimo bancário no BPI, linha de apoio ao setor social, totalizava o montante de Euros 400.000. A componente de não corrente dos empréstimos terão as seguintes datas de reembolso: 2024 (86.723,34); 2025 (135.005,37); 2026 (96.185,64). Os dois empréstimos bancários encontram-se indexado à Euribor a 1 mês e a 12 meses, acrescidos de um spread. Durante o ano de 2023 a taxa de juro média foi de 5,4%. A APCDI, atendendo à evolução do mercado interbancário e a política do BCE, entende que esta taxa de juro média irá diminuir num futuro próximo. Em 2023, os juros suportados foram Euros 21.176,90 e, em 2022, no montante de Euros 6.709,32.

NOTA 13.7

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Fundos Patrimoniais				
Unidade monetária (1)				
Descrição	Saldo 01 JAN 2023	Aumentos	Diminuições	Saldo 31 JAN 2023
Fundos	16.783,06			16.783,06
Reservas	247.898,16			247.898,16
Resultados transitados	2.836.194,85	16.747,27		2.852.942,12
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	1.807.417,90	45.619,27	55.050,95	1.797.986,22
Resultado líquido do período	16.747,27	(161.816,21)	16.747,27	(161.816,21)
Total	4.925.041,24	(99.449,67)	71.798,22	4.753.793,35

(1) euro

NOTA 13.8

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Estado e Outros Entes Públicos		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.105,60	11.540,98
Outros impostos e Taxas	2.895,16	2.895,16
	12.000,76	14.436,14
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	1.962,24	4.550,54
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.968,48	3.647,94
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	10.563,64	15.146,24
Segurança Social	61.086,29	60.376,75
	77.580,65	83.721,47

(1) euro

NOTA 13.9

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Diferimentos		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Outras despesas com gastos diferidos	18.391,74	9.582,77
Total	18.391,74	9.582,77
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP - Medidas de Apoio ao Emprego	8.183,85	12.070,97
CMSV - Protocolo SAAS	9.637,99	9.638,00
BPI Capacitar	1.404,94	2.000,00
Outros rendimentos a reconhecer	123,31	68,51
Total	19.350,09	23.777,48

(1) euro

NOTA 13.10

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Fornecimentos e Serviços Externos		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2023	2022
Subcontratos		
Serviços Especializados	56.737,81	56.168,51
Honorários	71.618,80	73.461,86
Conservação e Reparação	60.330,24	57.995,99
Materiais	26.278,31	23.617,12
Energia e Fluidos	113.072,86	119.238,47
Deslocações, Estadas e Transportes	7.886,35	9.225,06
Serviços Diversos	47.861,58	42.377,37
Total	383.785,95	382.084,38

(1) euro

NOTA 13.11

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado Outros Rendimentos		
Unidade monetária: (1)		
Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	500,00	40,00
Ganhos em Inventários	1.081,00	1.795,74
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros	1.058,40	1.300,00
Outros Rendimentos e Ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	697,52	5.657,70
Imputação de subsídios para investimentos	55.050,95	53.927,16
Donativos	67.394,11	75.378,47
Total	125.781,98	138.099,07

(1) euro

NOTA 13.12

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado		
Outros Gastos		
Unidade monetária (1)		
Descrição	2023	2022
Impostos	-	-
Perdas em Inventários	13 592,63	-
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		1 191,11
Outros Gastos e Perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	14 320,87	13 399,07
Outros	7 868,95	9 548,30
Total	35 782,45	24 138,48

(1) euro

NOTA 14

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

APCDI - Associação Pró-Cidadão Deficiente Integrado						
Benefícios dos Empregados						
Unidade monetária (1)						
Descrição	2023			2022		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remuneração aos Órgãos Sociais						
Remunerações ao Pessoal	1 507 747,38	81,40%	8,61%	1 388 264,96	82,20%	5,54%
Benefícios Pós-Emprego						
Indemnizações						
Encargos sobre as Remunerações	303 494,12	16,39%	7,30%	282 845,28	16,75%	6,05%
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	14 460,80	0,78%	8,57%	13 319,16	0,79%	6,44%
Gastos de Ação Social	9 103,12	0,49%		-		
Outros Gastos com o Pessoal	17 461,50	0,94%	300,30%	4 382,15	0,26%	-36,18%
Total	1 852 266,92	100,00%	9,68%	1 688 791,55	100,00%	9,50%

(1) euro

A APCDI atribui aos seus empregados os seguintes Benefícios de Curto Prazo: (i) salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga; (ii) benefícios não monetários tais como MHST e formação; (iii) ação social, nomeadamente Seguro de Saúde.

Em 2022 a Instituição contou com a colaboração de 6 (seis) Voluntários e em 2023 com a colaboração de 7 (sete) Voluntários.

NOTA 15

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A APCDI não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de novembro. Nos termos no Art.º 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da APCDI perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

NOTA 16

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Direção da Instituição está totalmente empenhada em prosseguir com a aplicação das medidas de controlo de custos e de aumento da rentabilidade, de forma a reforçar a "Missão" e a "Visão" que sempre orientaram esta Instituição:

- ✓ Missão: Promover a qualidade de vida dos Utentes
- ✓ Visão: Uma Instituição que não para de crescer

Pessegueiro do Vouga, 27 de março de 2024

Contabilista Certificado

Luís Miguel Rodrigues Gomes


(CC 7894)

Direção

Joaquim Martins Henriques | Presidente



Fernando Martins Pereira | Tesoureiro



IV. Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados

Relatório

1. Nos termos dos estatutos e do mandato que nos conferiram submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre as Demonstrações Financeiras, anexo e restantes documentos de prestação de contas – Balancetes, Balanço e Demonstração de Resultados - apresentados pela Direção da Associação Pró Cidadão Deficiente e Integrado, relativamente ao período decorrido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023;
2. No decurso do exercício em questão acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a atividade da Associação tendo recebido, por parte da Direção e Serviços da Associação, todo o apoio, esclarecimentos e documentos solicitados;
3. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - 3.1 As Demonstrações Financeiras e restantes documentos de prestação de contas foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor;
 - 3.2 As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados às circunstâncias, estão de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), em todos os aspetos materialmente relevantes, e estão explicitados no documento anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa;
 - 3.3 Procedemos à análise das Demonstrações Financeiras e anexo, tendo concluído que o documento é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos;
 - 3.4 Que é apresentado um Resultado Líquido do Exercício, negativo, de € 161.816,21 (*cento e sessenta e um mil, oitocentos e dezasseis euros e vinte e um cêntimos*);
 - 3.5 A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente fundamentada e de acordo com as diretrizes internas.

Parecer

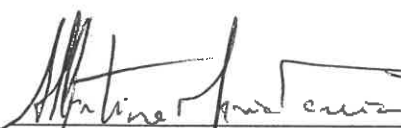
4. Em face do exposto, somos do parecer que a Assembleia Geral:
 - 4.1. Aprove as Demonstrações Financeiras e anexo e os restantes documentos de prestação de contas – Balancetes, Balanço e Demonstração de Resultados;
 - 4.2. Aprove a proposta de aplicação dos resultados (aplicação em Resultados Transitados) apresentada pela Direção no seu documento “Demonstrações Financeiras e Anexo 2023”;
 - 4.3. Aprove um voto de louvor aos membros da Direção e a todos os colaboradores pelo seu trabalho e dedicação em prol da Associação;

Pessegueiro do Vouga, 27 de Março de 2024

O Conselho Fiscal




José Manuel dos Santos Pereira (Presidente)



Albertina Maria Pereira Silva (Vogal)



Maria Armanda Nogueira Rodrigues (Vogal)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de 6.011.685,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.753.793,35 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 161.816,21 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

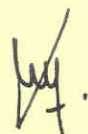
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado** em 31 dezembro 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Não tendo obtido todas as respostas aos nossos pedidos de confirmação de saldos de bancos (Euros 17.893,79) que julgamos necessárias, o nosso trabalho incidiu sobre documentos detidos pela Empresa pelo que não podemos avaliar com segurança a razoabilidade dos movimentos e saldos das rubricas de depósitos bancários e financiamentos obtidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições

que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Aveiro, 28 de março de 2024

*Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.,
representada por Ricardo Santos Neto, ROC n.º 2049, registado na CMVM com o n.º 20220016*